

Armadura anticrise

RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Preocupado com a contaminação da economia pela crise política, o governo não ficou apenas no discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, sobre a vulnerabilidade do país. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, passou à ação. Em meio aos primeiros sinais de turbulência no mercado financeiro esta semana, tomou uma decisão para tranquilizar os investidores. Nos próximos dois anos, vai resgatar pouco mais de 20% do principal da dívida externa que vence no período, reduzindo a exposição do país à alta do dólar. Em consequência da medida, a dívida externa ficará US\$ 2,8 bilhões menor.

As parcelas da dívida externa que vencem em 2006 e 2007 somam US\$ 11,8 bilhões. O Tesouro anunciou ontem que só vai rolar US\$ 9 bilhões desse total com a emissão de novos títulos, pagando o restante com dinheiro das reservas internacionais ou com dólares comprados no mercado à vista. O anúncio representa uma drástica mudança na estratégia do governo, que, nos últimos cinco anos, vinha rolando 100% dos vencimentos com a emissão de novos papéis. O estoque da dívida externa do governo é de US\$ 70 bilhões.

"O objetivo é diminuir a exposição cambial do endividamento do governo, o que vai reduzir a vulnerabilidade externa do país. Já fizemos isso em relação à dívida interna. Agora, chegou a hora de fazer o mesmo também na externa", justificou ontem o secretário do Tesouro, Joaquim Levy. Em dezembro de 2002, 37% da dívida interna foram corrigidos pelo dólar. Em virtude da valorização do real e de expressivos resgates, esse índice é de apenas 4,1% hoje. Só neste ano, o Tesouro retirou do mercado papéis cambiais no valor de US\$ 15 bilhões.

Desvincular

Levy não fez qualquer ligação entre a medida e a atual crise política, detonada pelas denúncias de corrupção no PT e no Congresso. Mas, para o mercado, o anúncio neste momento não foi uma mera coincidência. "Sem dúvida, a decisão está ligada à crise. No meio desse nervosismo, o governo está dando um sinal claro de que vai insistir nas políticas ortodoxas. O objetivo é dar um choque de credibilidade para acalmar os investidores", afirmou o estrategista-chefe do banco BNP Paribas, Alexandre Lintz. "A decisão é bastante positiva."

Como sinal de redução da vulnerabilidade externa da dívida, Levy divulgou projeção segundo a qual os pagamentos cairão do equivalente a 85% das exportações em 2001 para apenas 10% em 2009. Neste ano, deve ficar em 40%. O Tesouro continuará a liquidar os pagamentos de juros da dívida normalmente, com recursos das reservas internacionais e dólares comprados no mercado. Ao todo, serão US\$ 14 bilhões em juros nos dois próximos anos.

O Tesouro ainda não definiu quando começará a tomar recursos no mercado externo com vistas aos pagamentos do ano que vem. Tampouco definiu o volume a ser captado por ano. Segundo Levy, é possível que o cronograma seja antecipado, com algumas operações sendo feitas já



em 2005 — todas as emissões de títulos previstas para este ano já foram feitas, com a obtenção de US\$ 6 bilhões para o pagamento do principal que vence até dezembro. "A antecipação é algo a ser considerado, mas vai depender das condições de mercado", afirmou.

Mas, segundo Alexandre Lintz, os dólares para o pagamento dos juros e de parte da dívida serão conseguidos com compras no mercado, pois o governo tem o objetivo explícito de manter o nível das reservas internacionais, hoje em US\$ 54,6 bilhões. O economista acredita, entretanto, que a cotação da moeda norte-americana não vai ser pressionada por causa das operações, que serão feitas aos poucos. Lintz prevê que a demanda por bônus brasileiros pode até crescer, pois, com a redução da dívida, a percepção de risco do investidor também diminui.

C-bonds

O secretário do Tesouro comemorou os resultados da troca de C-bonds feita semana passada. Nela, o governo resgatou US\$ 4,4 bilhões em títulos antigos, substituindo-os por novos, os A-bonds, de mesmo valor. Na transação, o Tesouro estendeu o prazo de vencimento dos títulos de 2014 para 2018. "A operação mostrou que os investidores estrangeiros estão muito interessados nos bônus brasileiros", disse.

Levy qualificou de "positiva" a intenção do governo de negociar uma "agenda mínima" de votações no Congresso. A preocupação de acalmar os ânimos ficou patente, também, em declarações do presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles. "A economia repousa sobre fundamentos muito sólidos", afirmou.